

Com juro alto, consórcio cresce

De cada sete veículos vendidos em Goiás, pelo menos um é por meio de consórcio. Modalidade cresceu 77% nos últimos 5 anos

Lídia Borges

De cada sete automóveis, picapes e utilitários vendidos em Goiás, ao menos um é comercializado por meio de consórcio. Essa proporção coloca o Estado como o décimo no ranking dos que mais utilizam a carta de crédito para negociar veículos comerciais leves (veja quadro).

Nos últimos cinco anos, a participação dos contratos de consórcio cresceu quase 77% no País, informa levantamento da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac).

No caso das motocicletas, essa proporção é ainda maior: de cada sete negociadas nas concessionárias goianas, ao menos três são adquiridas com uso de consórcio. Entre os caminhões, a relação é de 1,5 entre sete. Segundo o pre-

sidente da regional Norte/Centro-Oeste da Abac, Mário Bernardes Roquette, com a oscilação da economia e aumento das taxas de juros ao longo de 2013, o consórcio se tornou mais competitivo na aquisição de bens, sejam veículos ou imóveis.

Outro motivo para que o consórcio tenha se destacado no ano passado, conforme a Abac, foi o comportamento adotado pelo consumidor frente às finanças pessoais. A associação afirma que o cliente tem analisado melhor os aspectos que o influenciam na decisão de compras, sobre a real necessidade imediata ou não do bem desejado, assim como manifestado a aversão ao endividamento excessivo e a vontade de formar patrimônio de forma mais consciente.

"Não estamos lidando com clientes que comprem produ-



to, mas que fazem um planejamento daquilo que vão consumir por meio do consórcio. É alguém que quer comprar um carro, por exemplo, mas que tem como prioridade terminar a faculdade primeiro. Ou uma pessoa que está investindo numa casa, mas não tem a urgência de ser o seu primeiro imóvel para moradia", detalha.

PERFIL

As características de quem mais procura por este tipo de contrato dão a dica do princi-

pal perfil dos consorciados. São, na maioria, homens casados e com filhos menores de idade, acima de 40 anos – quando normalmente já possuem uma certa estabilidade financeira para investir numa parcela a longo prazo, sem a pressa da posse do bem.

Muitas vezes, o consórcio acaba sendo também a solução para quem busca taxas zero anunciadas na mídia pelas concessionárias de veículos e não as encontra para carros mais populares, opina o exe-

cutivo de vendas Edmil Gonçalves Bueno, do Grupo Nasa.

"Quando o consumidor vai comprar um carro, ele só tem dois caminhos: ou paga à vista e consegue descontos vantajosos ou o financia e se submete às taxas da empresa, que podem dobrar o valor do carro. É então que eles procuram o consórcio para usar as cartas de crédito e negociar um valor menor", ressalta.

Ele informa que a taxa de administração para consórcios de veículos na sua empresa é de 15% para o período do contrato. Num prazo de 70 meses, por exemplo, é de 0,21% ao mês.

O consultor de vendas Célio Pereira, da Embrakon Goiânia, destaca ainda que, no ano passado, a busca pelos consórcios não cresceu apenas entre veículos, mas também nas contratações de imóveis. Além das altas taxas de juros, ele cita como motivos para o avanço do setor em 2013 a maior dificuldade de liberação de crédito.

"Pela minha base de comercialização, verifiquei um aumento de 15% a 20% na demanda por consórcios de imóveis", relata o consultor, in-

formando que as taxas para esses contratos na sua empresa giram em torno de 0,14% ao mês.

PERSPECTIVAS

O presidente regional da Abac afirma que o setor tem se estruturado cada vez mais nos últimos anos e buscado uma penetração crescente no mercado. Para ele, no atual cenário econômico, de altos juros e desaceleração do consumo no País, o consórcio tem capacidade de crescer ainda mais e, por isso, aposta numa continuidade do avanço das contratações para este ano.

Mário Roquette orienta as pessoas que queiram contratar um consórcio para que se informem antes sobre a empresa administradora do negócio. É possível buscar informações sobre o registro da firma na página on-line do Banco Central, que é o órgão que regula e fiscaliza o setor.

Também é recomendável verificar se há registros de reclamações contra a empresa nos órgãos de defesa do consumidor (Procon Goiás, Procon Goiânia, Ibedec-GO). A Abac também pode ajudar com informações pelo seu site (www.abac.org.br).